

BETINA TREIGER GRUPENMACHER
Doutora pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.
Professora adjunta de Direito Tributário na Universidade Federal do
Paraná. Advogada

Direito Tributário e o Novo Código Civil

Editora Quartier Latin do Brasil

2004

336.2:34(81)
D598tn



Sumário

Apresentação	15
--------------	----

Nelson Nery Junior
Compensação Tributária e o Código Civil, 17

1. Introdução, Colocação do problema	19
2. Compensação. Generalidades	22
3. Medida Provisória e sistema presidencialista	23
4. A Medida Provisória nº 75, de 24.10.2002	26
5. Revogação temporária do CC 374	27
6. A Medida Provisória nº 104, de 9.1.2003: revogação inconstitucional do CC 374 por vício de origem	28
7. A Medida Provisória nº 104, de 9.1.2003: revogação inconstitucional do CC 374 por violação da moralidade administrativa (CF 37 <i>caput</i>) e do princípio da igualdade (CF 5º <i>caput</i> e inciso I)	32
8. Lei especial. Histórico. Pretensão do poder tributante federal	35
9. Lei especial Incidência	36
10. Compensação tributária administrativa	36
11. Compensação tributária por sentença judicial	37
12. Bibliografia	39

RICARDO LOBO TORRES
O Abuso do Direito no Código Tributário Nacional e no Novo Código Civil, 41

I. Introdução	43
II. O Abuso do Direito e as Normas Gerais Antielisivas	43
1. A emergência das normas antielisivas na legislação tributária	43
2. O modelo alemão: proibição de abuso das possibilidades formais (<i>Missbrauch von Gestaltungsmöglichkeiten</i>)	45
3. Vedação de fraude a lei (Espanha)	46
4. Princípio da realidade e desconsideração da personalidade jurídica (Argentina)	46
5. Propósito mercantil (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Austrália, Suécia)	47
6. Disposições antielisivas do direito italiano	48
7. Normas antiabusos em Portugal	48
8. O modelo francês da repressão a dissimulação de contratos	49

336.2:34(81)
D598tn



9. A norma geral antielisiva brasileira e a dissimulação do fato gerador	50
III. O Abuso do Direito no Código Civil	51
10. A vedação de fraude a lei	51
11. A ilicitude do abuso do direito	52
IV. As Relações entre o Abuso do Direito no Direito Tributário e no Direito Civil	53
12. A simultaneidade do ingresso das normas sobre o abuso do direito no CTN e no CC	53
13. A unidade do direito	53
14. Direito e Ética	54
15. Forma e substancia	55
16. Tratamento genérico do abuso de direito	56
17. Requalificação dos fatos	56
18. A ilicitude do abuso do direito	57
19. Sanção e ilicitude	58
V. Bibliografia	59

HUMBERTO ÁVILA

Eficácia do Novo Código Civil na Legislação Tributária, 61
Introdução, 63

1. Âmbito de eficácia do Direito Privado no Direito Tributário	64
2. Apontamentos sobre algumas inovações do Código Civil	75
Conclusão	79

HELENO TAVEIRA TÔRRES

As sociedades cooperativas no novo Código Civil e suas implicações com o Direito Tributário, 81

1. A cooperativa como conceito de direito positivo e seu atual regime jurídico. A cooperativa e sua diferença em relação ao tratamento das demais espécies de sociedades empresárias - o alinhamento entre Constituição e o Novo Código Civil	83
1.1. A constituição formal das cooperativas e suas implicações. O contrato de sociedade cooperativa	89
1.2. Cooperativas e suas finalidades: supressão de intermediários e constituição sem objetivo de lucros - análise crítica da doutrina	93
1.3. Definição de cooperativa e traços distintivos releyantes	97

336.2:34(81)
D598tn



1.4. O ato cooperatiyo no âmbito das relações entre entidade e sócios-usuários	101
1.5. O objeto do contrato de sociedade cooperativa	103
2. Cooperativismo e direitos fundamentais, em face do intervencionismo típico de um Estado Democrático e Social de Direito	104
2.1. O estímulo e proteção ao ato cooperativo no Brasil como instrumento de intervenção do Estado na ordem econômica	109
3. A guisa de conclusão - O tratamento tributário ao ato cooperativo no direito constitucional brasileiro	113

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

A Taxa Selic e os juros de Mora no Novo Código Civil, 121

1. Considerações Preliminares	123
2. Fundamentos legais e constitucionais para a cobrança das taxas de juros	124
3. Da ilegalidade da taxa Selic	130
4. A Taxa Selic na repetição e na compensação dos tributos pagos indevidamente	134
5. Os juros no novo Código Civil	137
Referências Bibliográficas	143

JOSÉ EDUARDO SOARES DE MELO

A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código Civil e Reflexo no Direito Tributário, 145

I. A Sujeição Passiva no Código Tributário Nacional	147
II. A Responsabilidade Pessoal no CTN	150
1. Substituição	150
2. Sucessão	154
3. Terceiros	157
4. Infrações	159
III. A Responsabilidade Pessoal (CTN) Não Significa Efetiva Desconsideração da Personalidade Jurídica	160
IV. A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito Privado e o Âmbito Tributário	163

EDUARDO DOMINGOS BOTTALLO

Alguns Reflexos do Código Civil no Direito Tributário, 167

**336.2:34(81)
D598tn**



1. considerações Gerais sobre o Advento do Novo Código Civil	169
2. Pontos de Aproximação entre o Direito Civil e o Direito Tributário	174
3. A Denominada Norma Antielisiva e a Simulação como Hipótese de Invalidez de Atos e Negócios Jurídicos	179
4. Responsabilidade dos Sócios por Dívidas Fiscais das Sociedades	188
5. Responsabilidade Fiscal de Administradores e Sócios e Desconsideração da Personalidade Jurídica	191
6. Conclusão	193

SACHA CALMON NAVARRO COELHO &
ANDRÉ MENDES MOREIRA

Reflexos do Novo Código Civil no Direito Tributário, 195

1. Considerações Iniciais	197
2. A Responsabilidade do Administrador no Novo Código Civil	199
2.1. A responsabilidade do administrador nas diferentes modalidades societárias	200
2.2. A responsabilidade dos administradores no Código Tributário Nacional. O art. 50 do NCC – desconsideração da personalidade jurídica	208
3. Os juros de mora e as obrigações de natureza tributária	215
4. Responsabilidade dos sócios nas cooperativas	224
5. ITBI - inter vivos e as novas disposições do Código Civil	238
6. Considerações finais	248

LUIZ EDSON FACHIN,

Considerações sobre o ITBI Inter Vivos e o Regime Contemporâneo das Titularidades e do Trânsito Jurídico a Luz do Novo Código Civil Brasileiro, 249

Introdução	251
1. Aspectos gerais críticos da nova codificação civil	252
2. Os elementos basilares das titularidades	254
3. A dinâmica negocial e real no trânsito jurídico	258
4. Competência Tributária, Base de Calculo, Alíquota e Sujeito Passivo	261
Breve conclusão	262

**336.2:34(81)
D598tn**



REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA
Propriedade: função social e tributação, 265

JOSÉ AUGUSTO DELGADO
*Aspectos relativos às responsabilidades do Administrador
no Novo Código Civil, 289*

1. Introdução	291
2. O Administrador no Código Civil de 1916. Aspectos Gerais	292
3. O Código Civil de 2002 e o Administrador. Regras Básicas	298
4. O Código Civil de 2002 e os Administradores não Profissionais Designados por Lei ou pelo Juiz	299
5. O Código Civil de 2002 e os Administradores Decorrentes de Negócios Jurídicos Voluntários entre as Partes e que não necessitam ser Bacharéis em Administração	303
6. O Código Civil de 2002 e o Administrador Nomeado em Decorrência de Negócios Jurídicos Bilaterais Voluntários e que necessita ser Bacharel em Administração. Generalidades	307
7. O Gerente no Código Civil de 2002	312
8. O Administrador de Sociedade Simples e sua Responsabilidade	314
9. O Administrador de Sociedade Limitada e sua Responsabilidade	317
10. Outras Regras Dispostas no Novo Código Civil Referentes aos Administradores em Geral	320
11. A Responsabilidade do Administrador na Doutrina. Alguns Pronunciamentos	321
12. Conclusão	326

PAULO GELSO BERGSTROM BONILHA
ITBI: Aquisição do Imóvel pelo Mandatário, 329

Introdução	331
1. Da Incidência do ITBI	333
2. Tributação do Mandato em Causa Própria	335
Conclusão	337

DALTON LUIZ DALLAZEM
O Código Civil de 2002 e o prazo para pleitear a Repetição do Indébito Tributário, 339

1. Introdução	341
---------------	-----

**336.2:34(81)
D598tn**



2. As Proposições quanto ao termo inicial do prazo para o pleito da repetição do indébito tributário	343
2.1. Termo inicial: data da extinção do crédito tributário (artigo 168, I, do CTN)	344
2.2. Termo inicial: a declaração de inconstitucionalidade proferida no âmbito do controle concentrado, ou ainda, no controle difuso com posterior suspensão pelo Senado Federal	347
2.3. Termo inicial: momento em que a ilegitimidade dos lançamentos lastreados em disposição inconstitucional e expressamente reconhecida pela administração tributária	351
3. Nossa proposição quanto ao termo inicial do prazo para a repetição do indébito tributário	356

FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI

A Responsabilidade dos Administradores em Caso de Dissolução da Sociedade à Luz do Novo Código Civil, 363

Introdução	365
1. A responsabilidade tributária no CTN	366
2. A dissolução da sociedade no novo Código Civil	370
3. Os impactos em relação a responsabilidade tributária dos administradores	371
Conclusão	374
Bibliografia	375

HELOISA GUARITA SOUZA &
FLÁVIO ZANETTI DE OLIVEIRA

A Empresa no Novo Código Civil – Reflexos no Direito Tributário, 377

1. Apresentação: Objetivo do Presente Estudo	379
2. Relação entre Direito Público e Direito Privado	380
2.1. A Noção de Sistema	380
2.2. A Pseudo-Autonomia do Direito Tributário	382
2.3. Integração e Interpretação do Direito Tributário: Limites	383
2.4. Os Artigos 109 e 110 do Código Tributário Nacional	386
3. Tratamento do Novo Código Civil as Empresas	389
4. Legislação Tributária e Empresa	395
5. Questões Específicas	397
5.1. O ISS e as Sociedades Profissionais	397
5.2. Cofins das Sociedades Profissionais	401

**336.2:34(81)
D598tn**



6. Conclusões	403
---------------	-----

HELOISA HELENA DE ALMEIDA PORTUGAL &
MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO

A Atuação do Fisco e o Atual Conceito de Empresa, 405

1. Introdução	407
2. A empresarialidade como Elemento Conceitual de Empresa	408
3. O Sistema Jurídico Empresarial no Código Civil de 2002	412
3.1. Aspecto Subjetivo da Empresa - o empresário e sua caracterização como sujeito passivo tributário	414
3.2. Aspecto Objeto da Empresa - o estabelecimento	416
4. Conclusões	420
5. Bibliografia	421

MARIA DIONNE DE ARAÚJO FELIPE

*Aspectos relativos as responsabilidades do Administrador
no novo Código Civil, 423*

I. Introdução	425
II. A Responsabilidade Tributaria	427
III. As Pessoas Jurídicas no Novo Código Civil	430
IV. A Responsabilidade dos Administradores no Novo Código Civil	433
V. Conclusão	436

OCTAVIO CAMPOS FISCHER

Abuso de Direito: o Ilícito Atípico no Direito Tributário, 439

1. Objetivo do presente estudo	441
2. O Constitucionalismo Societário, Lealdade Mutua e o Direito Tributário	442
3. Abuso de direito e "ilícito atípico"	449
4. "Ilícito Atípico" e Legalidade Tributaria	454
5. "Ilícito Atípico" e Tipicidade Sancionatória	456
6. Conclusões: "A proibição de abuso como 'regra de calibração' do sistema"	459

FABIO ARTIGAS GRILLO

Compensação Tributaria e Direito Privado, 463

Introdução	465
1. Aspectos Gerais do Instituto da Compensação	467

**336.2:34(81)
D598tn**



2. Da Disciplina Normativa Acerca da Compensação	474
3. As Controvérsias Quanto a Previsão e Revogação do Artigo 374 do NCC	486
4. A Compensação em Matéria Tributaria e Legal	514
5. A Compensação em Matéria Tributaria e o Direito Adquirido	524
6. Ainda as Impropriedades da Lei nº 10.833/03 em Matéria de Compensação	534
Conclusão	536

MARCELO DE LIMA CASTRO DINIZ &
MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO
*Reflexos do novo Código Civil no
Direito Tributário, 539*

1. Introdução	541
2. Competência tributaria	542
3. As atribuições da lei complementar em matéria tributária e a posição hierárquica das Leis 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e 10.406/2002 (Novo Código Civil)	545
4. Direito tributário e direito privado	549
5. Responsabilidade tributaria dos administradores, dos sócios nas cooperativas e juros de mora nas obrigações tributarias	582
6. Conclusões	605

**336.2:34(81)
D598tn**

